

Parte II - Políticas sociais como campo de disputas: continuidades e discontinuidades

A Qualificação Profissional e o desafio da inserção social a partir do PNQ/PLANTEQ-PB

Rejane Gomes Carvalho
Eliana Monteiro Moreira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARVALHO, RG., and MOREIRA, EM. A Qualificação Profissional e o desafio da inserção social a partir do PNQ/PLANTEQ-PB. In: OLIVEIRA, RV., org. *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 179-202. ISBN 978-85-7879-331-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A Qualificação Profissional e o desafio da inserção social a partir do PNQ/PLANTEQ-PB⁶²

*Rejane Gomes Carvalho
Eliana Monteiro Moreira*

Introdução

Neste artigo, analisou-se a política de qualificação profissional no estado da Paraíba, a partir do Plano Nacional de Qualificação e do Plano Territorial de Qualificação - PNQ/PlanTeQ, no período compreendido entre 2003 e 2010, abordando, especialmente, a relação entre qualificação profissional e inserção social em um contexto de desinserções no mundo do trabalho.

Considerando a conjuntura de baixo crescimento econômico, aumento do desemprego e da pobreza nos anos de 1990, em decorrência da aplicação da política neoliberal e da reforma do Estado, as políticas sociais passaram a ser vistas como uma resposta necessária à questão social. Dado o caráter emergencial de enfrentamento do problema da fome e do desemprego, essas políticas concentraram-se, inicialmente, em ações mais voltadas para a assistência aos excluídos. Ao lado das políticas sociais, os programas de emprego e renda também foram instados a reelaborar suas estratégias, de atuação de forma a atender às novas necessidades do mercado, ao mesmo tempo em que deveriam responder à questão da reinserção social, tendo em vista o número crescente de desocupados.

As políticas públicas, voltadas para o mercado de trabalho, não podiam mais limitar-se ao papel de intermediação e formação de mão-de-obra, apenas com um caráter instrumental. Os programas públicos de emprego passaram a

62 Este artigo se baseia na Tese de Doutorado defendida por Rejane Gomes Carvalho, em 2011, no PPGS/UFPB, sob a orientação de Eliana Monteiro Moreira, com o título *Entre a qualificação profissional e a formação cidadã: um árido desafio para o PNQ/PlanTeQ na Paraíba*.

incorporar em seus objetivos o problema da inserção social pelo trabalho. No caso mais específico do programa de qualificação profissional, representado inicialmente pelo Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR, criado em 1995, além da inserção social, o caráter da empregabilidade dos indivíduos foi considerado uma de suas principais características, congregando a noção de competência e o desenvolvimento de um sujeito com comportamento autônomo e empreendedor no mercado de trabalho. Estes elementos são o reflexo de como o sujeito passou a ser encarado no mercado, sendo aparentemente estimulado a desenvolver suas habilidades técnicas particulares e poder tornar-se autônomo e gestor ou empreendedor de sua própria força de trabalho. Esta mentalidade está permeada pelos preceitos neoliberais que norteiam, não somente o comportamento dos empresários, mas invadem o cotidiano dos trabalhadores despossuídos de meios de produção, determinando uma postura moderna e empreendedora para gerenciar ou contornar as dificuldades em tempos de crise ou de desemprego. É preciso desenvolver a postura de um sujeito “proativo”, “competente”, “flexível”, o suficiente para saber se colocar diante das exigências do mercado de trabalho, de modo a mudar de função e de lugar quando for necessário, sem que isso lhe cause danos insuperáveis, seja na vida material ou no mundo das subjetividades. Assim, assiste-se à formação de um novo sujeito - um trabalhador flexível, não somente no trabalho, mas com valores também flexíveis - adequado a um mundo onde as relações de trabalho e as relações pessoais também são fluidas; um sujeito naturalizado às mudanças do seu tempo, acreditando ser mais autônomo e senhor de suas decisões. Foi nestes termos que os programas públicos de emprego passaram a incorporar, em seus objetivos, a inserção social pelo trabalho. Por outro lado, a reformulação destes programas envolvia conceitos que se mostravam antagônicos no contexto da reforma neoliberal dos anos de 1990, como a tentativa de aproximar a compreensão de empregabilidade e competência à noção de cidadania, prejudicando o enfrentamento qualitativo sobre a questão da inclusão social.

Na década seguinte, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, criado em 2003, apareceu com a intenção de recuperar parte dos lugares perdidos pelos trabalhadores com o processo de desinserções provocado pela política econômica dos anos de 1990, concebendo a formação profissional como ação capaz de instruir o sujeito para o mercado de trabalho e para o resgate de sua condição de cidadão. Propõe a (re)inserção profissional e social dos sujeitos acometidos pelo processo de exclusão, compreendendo a qualificação profissional como um direito e como política pública. Admite, ainda, ampliar a participação da sociedade no processo de construção e no controle social da política pública.

A partir dessa mudança de orientação política entre os dois programas de qualificação, busca-se analisar como o PNQ/PlanTeQ-PB tem tratado o problema do emprego e da (re)inserção profissional e social, diante da realidade local. Ademais, é importante compreender se esta inserção pode ser promovida, simultaneamente, pela qualificação profissional e pela formação cidadã dos sujeitos, com o sentido de fazê-los conhecedores do seu lugar social e capazes de proposição e ação na construção da sociedade.

Como parte dos procedimentos metodológicos, foi consolidado um estudo documental, além de ser desenvolvida pesquisa de campo sobre o PNQ/PlanTeQ-PB e a observação participante em cursos de qualificação profissional. Na pesquisa direta efetivou-se entrevistas com gestores do programa de qualificação, no âmbito do governo, dos representantes dos trabalhadores, do empresariado, além das executoras dos cursos de qualificação e de educandos. A pesquisa de campo realizou-se entre 2009 e 2010 e esteve concentrada nos municípios de Cabedelo e João Pessoa.

Com o objetivo de examinar melhor esta questão, na primeira seção deste artigo, buscou-se localizar a relação entre o processo de exclusão social pelo trabalho, como parte do movimento próprio do sistema capitalista de produção. Na seção seguinte, aborda-se o contexto de reformulação das políticas públicas de emprego e o surgimento do PNQ/PlanTeQ-PB, destacando seus principais objetivos, intenções e a relação entre qualificação profissional e inserção social. A última seção ficou centrada em analisar esta relação sob a perspectiva dos agentes responsáveis pela gestão e execução do programa de qualificação no estado, a partir da pesquisa de campo.

Exclusão social como expressão da dinâmica do capital

Em decorrência de todas as transformações vistas com a reestruturação produtiva, assiste-se a um movimento de determinação de novos lugares e de poderes, em função da recomposição das forças produtivas para a viabilização da continuidade da acumulação de capital. Este movimento admite, na sua lógica, velhas e novas formas de produção, típicas ou atípicas, com trabalho mais ou menos qualificado, numa funcionalidade própria, marcada pela heterogeneidade.

O avanço das forças produtivas sacudiu o lugar do trabalho e do trabalhador na sociedade do capital, o que não implica dizer que o trabalho humano perdeu a sua centralidade como força socializadora. O caráter ideológico do progresso técnico científico parece promover a desqualificação do trabalho

humano como orientador da vida social, provocando uma perda de referência do trabalho, enquanto regulador das relações sociais (ANTUNES, 2005).

A sociedade parece estar marcada mais pela orientação técnica e menos pela “formação profissional”, perdendo-se a referência sobre o trabalho humano enquanto forma de construção da sociedade. A desqualificação do trabalho na convivência social, terminou por desqualificar a dimensão política na vida dos sujeitos, uma vez que o seu modelo de sucesso não parece ser mais encontrado no trabalho, levando-o a buscar outras referências para definir uma identidade social que tende a reforçar mais o comportamento individualista em detrimento do sentido de coletividade. Contudo, estas mutações nas relações sociais de produção não foram, de modo algum, alheias ao capitalismo, mas vieram significar a adaptação do trabalho ao novo padrão de acumulação, em que se reafirmou a submissão do trabalho ao capital numa relação técnica atualizada. Sendo assim, uma nova subjetividade do trabalho foi criada como reflexo da acomodação da relação entre trabalho e capital, exigindo do segmento dos trabalhadores o desenvolvimento de novas formas de enfrentamento contra a dominação capitalista.

A contradição entre capital e trabalho representa a permanente exclusão social dos trabalhadores e sua luta para criar novas alternativas de inclusão, buscando participar direta ou indiretamente da distribuição de riqueza. Os princípios do neoliberalismo cada vez mais parecem contaminar o comportamento dos trabalhadores, fazendo com que o debate a respeito da exclusão social seja dissimulado e se promova a responsabilização individual pela condição de desempregado. Por este prisma, não é o modelo de desenvolvimento, portanto, que precisa ser reformado; os indivíduos é que precisam adaptar-se às novas tecnologias, acompanhar o avanço da informação e remodelar-se, diante das exigências do mundo moderno. Precisam estar incluídos e não esperar ser inseridos (PAIVA, 1995).

A condição de pobreza, geralmente, resulta da dificuldade de o indivíduo encontrar emprego e renda sustentáveis, frente às mudanças estruturais na economia e às políticas de desenvolvimento, decorrentes dos novos modelos produtivos, insuficientes para atender às demandas sociais do público mais carente. Em sociedades como o Brasil, difícil seria não reconhecer a pobreza e a desigualdade social formando um par inseparável, em que se combina a dificuldade do acesso aos bens de subsistência com uma presença política frágil. Em todo caso, apesar da pobreza poder ser fator relevante e determinante para a condição social de excluído no país, a noção de exclusão, mesmo passível de mistificação, ressalta outros elementos importantes para a reflexão, no tocante

à dimensão política, como a participação e a capacidade que os sujeitos têm de influenciar os processos políticos. Diante dessas considerações,

(...) o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, inversamente ao desviante e à semelhança dos que sofrem discriminação pura e simples. A condição de excluído lhe é imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente (NASCIMENTO, 2000, p. 59).

A interpretação de Nascimento aborda a categoria “exclusão” enquanto uma “ruptura de vínculos sociais” e, conseqüentemente, como um ato de “não-reconhecimento do outro”, o que significa um processo de enfraquecimento das relações sociais, embora, paradoxalmente, seja uma (re)criação de novas sociabilidades sob os termos do individualismo. Conforme o autor,

Se o termo exclusão social diz respeito ao ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social, o conceito sociológico refere-se sempre a um processo social de não-reconhecimento do outro ou de pura rejeição. Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios, como se representando e representado não fossem semelhantes (NASCIMENTO, 2000, p. 60).

A nova dinâmica do trabalho flexível e a modificação das relações de trabalho, originada da precarização e flexibilização do processo produtivo, criou outro modo de vida, baseado na instabilidade e no desemprego. Sendo assim, Nascimento (2000) compreendeu que a exclusão está caracterizada pela falta de emprego, uma consequência do modelo capitalista de produção, que expulsa definitivamente um número cada vez maior de trabalhadores para a zona da inutilidade, indivíduos que jamais terão condições de reingressarem na atividade produtiva formal, por não reunirem mais os requisitos exigidos pelo processo de trabalho. Estes sujeitos passaram a ser excluídos, socialmente, por não ser mais “necessários” à produção de valores. Portanto, os “novos pobres” e a “nova exclusão social” se anunciam, principalmente, na insuficiência de emprego, produzindo indivíduos que são desnecessários ao trabalho, ao mesmo tempo em que se observa um intenso estímulo do mercado para que estes indivíduos excluídos se façam presentes na sociedade por intermédio do consumismo.

Neste mesmo contexto, para Oliveira (1997), os pobres excluídos “desnecessários”, também poderiam ser considerados necessários, contrapondo a própria noção de exclusão, pois os excluídos fazem parte de um todo social, sendo funcionais ao modo de produção capitalista. Distante de promover a igualdade, o sistema harmoniza-se pelas diferenças e contradições, sendo que os trabalhadores, pobres e desinseridos, continuam representando potencial consumidor e reproduzidor de riquezas, mesmo que seja pela informalização e precarização do trabalho.

A abertura do mercado nos anos de 1990, estimulou as empresas a reestruturarem-se para atender aos novos conceitos de qualidade e competitividade, adotando procedimentos que caminhavam para a flexibilização do processo produtivo e das relações de trabalho. Desse modo, o processo de modernização tecnológica no Brasil e as novas estratégias gerenciais, desenvolveram-se com um controle mais forte sobre o trabalhador no processo de trabalho, submetendo-o aos novos modelos gerenciais e aos conceitos de competência e qualificação, tendo como maiores consequências o aumento do desemprego, da informalização e da precarização do trabalho e das condições de vida.

Considerando a nova dinâmica da economia global e do aprofundamento da questão social no Brasil, o grande desafio do Estado, a partir da década de 1990, foi desenvolver políticas públicas que visassem atenuar o impacto das desinserções, tendo como principal preocupação a adaptação da mão-de-obra às condições do mercado, funcionando como mecanismo de (re)inserção ou assistência àqueles indivíduos em situação vulnerável. Desse modo, a política pública de emprego e as políticas sociais, passaram a orientar-se no sentido de tentar minimizar a exclusão social diante da crise social.

A (re)inserção social aparece como um importante desafio para as políticas públicas, uma vez que, com a tendência de desinserções pelo trabalho, a ação pública orienta-se para a construção de programas que contemplem também a dimensão política dos sujeitos por meio de medidas que visem a inclusão social e a restauração da cidadania, conforme verificou-se na proposta atual de qualificação profissional que será apresentado na seção seguinte.

Políticas públicas e o novo caráter da intervenção frente ao problema do emprego

No âmbito das políticas públicas, observou-se uma mudança de postura do Estado, ao longo dos anos de 1990, na medida em que se voltou para a criação de políticas econômicas, com o intuito de promover a estabilidade

da economia, criando condições internas que transmitissem confiança para o mercado, ao mesmo tempo em que estimulou a ativação de políticas públicas de emprego, visando à redução do desemprego e dos seus impactos sobre a sociedade.

Do lado do trabalhador, a perda da segurança no trabalho, devido ao processo de produção flexível e o enfraquecimento dos sistemas de seguridade social, fizeram com que fosse desenvolvida uma nova postura para se manter no mercado de trabalho. Além de buscar atender à necessidade de adaptação da força de trabalho às novas tecnologias que surgiram no processo produtivo, a qualificação profissional, na contramão, também pareceu incorporar o caráter, ideologicamente construído pela política neoliberal, de responsabilizar o trabalhador por sua própria condição de desempregado. Os princípios asseguradores da liberdade e da igualdade do mercado reafirmavam-se como norteadores da vida social, sendo disseminado os conceitos de eficiência e competência para determinar a conduta do sujeito na sua vida profissional e pessoal. Por outro lado, o Estado também se posicionou como agente detentor da responsabilidade de criar possibilidades de políticas públicas que atendessem a esta nova racionalidade.

As políticas de emprego foram sendo conduzidas de modo a atender ao chamado público em situação de maior fragilidade, como os jovens, as mulheres, indivíduos com baixo grau de escolaridade, com mais de 45 anos de idade, desempregados e com dificuldades de encontrar outro emprego. Mas, observou-se que o desemprego poderia atingir todas as categorias de trabalhadores, por resultar das mudanças na estrutura e na gestão do processo de trabalho. Apesar de necessários, numa situação de extrema carência, os programas assistenciais ainda passam por ajustes, buscando superar seus impasses e melhorar a efetividade. Ademais, são muito criticados por também aparecerem com um caráter imediatista e não atenderem satisfatoriamente ao problema da (re) inserção do trabalhador no mercado de trabalho (DEMO, 2003).

Quanto à política de qualificação profissional, além de refletir a necessidade de melhorar a formação do trabalhador em relação às novas condições do mercado de trabalho, possibilitou uma mudança de postura do trabalhador na medida em que passou a admitir e absorver a ideia de que o indivíduo deve buscar os meios para sair da condição de desempregado. Ou seja, o desemprego pode ser visto como uma situação provisória, encarada como um momento para aprimorar a qualificação profissional e encontrar uma colocação melhor. O trabalhador passou da situação de desempregado, desprotegido e incapaz, para a posição de sujeito ativo, que busca a qualificação para tornar-se mais

eficiente e competitivo. Desse modo, parece desenvolver-se a responsabilização do trabalhador pela sua própria condição de desempregado, pois, do ponto de vista do mercado, o sistema lhe oferece oportunidades e, se não souber aproveitá-las, a “culpa” é somente sua, visto que é de sua responsabilidade qualificar melhor a própria força de trabalho.

O desemprego, na sociedade contemporânea, passou a ser encarado como falta de ambição e de iniciativa pessoal, tornando menos visível a importância das causas estruturais que promovem a eliminação de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que diminui a responsabilidade social do Estado para com a questão. Neste contexto, também foi difundida a ideia de “empreendedorismo” pessoal, uma vez que a realização de um curso profissionalizante vem acompanhada da possibilidade do trabalhador transformar-se em dono do seu próprio negócio, podendo ser livre e controlador do seu tempo. Lentamente, foi sendo inculcada a mentalidade da iniciativa empresarial na cabeça do trabalhador, contribuindo para a criação de atividades alternativas ligadas, principalmente, ao setor de serviços, passando do conceito de emprego para o de ocupação e dissimulando a criação de uma série de atividades precarizadas.

Para alguns críticos da política pública de emprego no Brasil, como Dedecca (1998) e Azeredo (1998), apesar de fundamentar uma das ações do Estado, para o trabalhador sem ocupação, a formação profissionalizante aparece como uma forma de contornar os problemas advindos da desinserção. Para o Estado, representa, em certa medida, uma resposta política para a sociedade que demanda ações concretas, diante do problema do desemprego. Outra importante questão para este debate é o fato de que a política de emprego, com o intuito de promover a inserção social, muitas vezes pode estar associada à política de assistência social, em que os programas de qualificação aparecem atuando junto com os programas de transferência de renda e seguro-desemprego, entre outros.

A partir dos anos de 1990, a política pública de emprego e as políticas de assistência social contra a pobreza encontravam-se cada vez mais próximas, “(...) ambas convergen y tienden a unificarse en las políticas de inserción, que funcionan de manera entrecruzada: lo asistencial se torna cada vez más inserción por el empleo y, a su vez, la inserción por el empleo se torna cada vez más asistencial” (ORTEGA, OCAÑA e FARELO, 2004, p. 245).

Um grande desafio para as políticas públicas, no enfrentamento da questão do emprego, é elaborar formas criativas para tornar possível a inserção dos sujeitos na sociedade por meio do trabalho. Porém, é importante que os projetos de qualificação profissional e de assistência social não se tornem medidas permanentes, com caráter meramente assistencialista, sob o risco de perder o

sentido da inclusão na ausência de saídas, em meio à crescente exclusão social. A próxima seção vai procurar discutir como o PNQ compreende a questão da formação profissional dos trabalhadores, elevando esta à condição de direito e atribuindo-lhe papel importante do processo de construção cidadã.

PNQ: qualificação profissional, inclusão social e cidadania

A discussão em torno da “competência” e da política pública como “direito do trabalhador” foi o que fomentou e acalorou o debate sobre a política de qualificação profissional no transcorrer dos anos de 2000. O surgimento do PNQ representou uma ruptura na própria concepção de qualificação, voltada para a competência e a empregabilidade, presente no antigo PLANFOR⁶³. Mais do que formação profissional, o PNQ se propunha recuperar a dimensão política com a formação cidadã dos sujeitos envolvidos, resultado da demanda dos trabalhadores e expressando o revigoramento dos movimentos sociais, após terem enfrentado um período de encolhimento, em virtude do forte conteúdo repressor da política neoliberal implementada nos anos de 1990.

O PNQ propunha a ampliação da participação da sociedade civil, reforçando a dimensão da cidadania e o fortalecimento da democracia, conforme aparecia no documento oficial:

(...) O caráter participativo significa um enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das Políticas Públicas e marca uma nova relação entre Estado e Sociedade. De um lado, consolida um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos, um Estado adaptado às exigências do novo ciclo de desenvolvimento. De outro lado, reforça a sociedade na perspectiva da cidadania ativa, de um novo contrato social, do fortalecimento da democracia em todas as suas dimensões, da radicalização do processo democrático como um grande movimento cultural (BRASIL, 2003, p. 17).

63 Em 1995 foi criado o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), denominado de Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador em 1999, embora se tenha conservado a mesma sigla. Como principal objetivo, pretendia mobilizar e articular toda a capacidade e competência de educação profissional disponível no País, para qualificar e requalificar, anualmente, 20% da PEA. Mais informações em Moretto, 1999.

Os principais objetivos sobre os quais se fundamentou o PNQ foram: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda; e, promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (BRASIL, 2003, p. 17).

Buscando incorporar um posicionamento crítico na construção da política de qualificação, o PNQ apresentou como objetivo geral:

(...) contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação (BRASIL, 2003, p. 26).

Estas intenções estavam fundamentadas em seis dimensões: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional. É importante ressaltar o caráter político, presente no PNQ, uma vez que apresenta a “(...) compreensão da qualificação profissional como direito, como Política Pública, como espaço de negociação coletiva e como um elemento constitutivo de uma política de desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2003, p. 20).

As bases da nova política pública de qualificação, incorporadas no PNQ, ancoraram-se em dois aspectos fundamentais: o primeiro refere-se a tratar a qualificação como construção social, em que possa afirmar-se como “fator de inclusão social e de desenvolvimento econômico”, buscando diferenciar-se das orientações individualistas presentes no PLANFOR e que visavam meramente atender às exigências do mercado (BRASIL, 2003, p. 23).

O segundo aspecto basilar, presente no PNQ, tratou a qualificação como “direito” e como “política pública”, reelaborando a questão da formação profissional para a dimensão da cidadania e conclamando a participação dos sujeitos envolvidos. Assim, ampliou o conceito simples de qualificação para qualificação social e profissional “(...) como aquela que permite a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas” (BRASIL, 2003, p. 24).

O PNQ tinha sua implementação prevista para ocorrer por intermédio das ações dos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) nos estados da federação; dos Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs); e, dos Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs), utilizados como principal instrumento para a construção social da qualificação. Para a sua execução, o PNQ previa a

integração com programas e projetos que faziam parte do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR).

Considerando este resgate dos fundamentos principais do PNQ, na seção seguinte analisou-se a relação da qualificação profissional com a inserção social a partir da atuação do PNQ/PlanTeQ no estado da Paraíba.

A qualificação profissional e a inserção social cidadã: um olhar a partir do PlanTeQ-PB

A compreensão a respeito da relação entre a qualificação profissional com a capacidade de empregabilidade e a formação cidadã dos trabalhadores se deu de modo diferente entre os entrevistados, considerando os três segmentos envolvidos na gestão e na execução do PlanTeQ na Paraíba: governo, trabalhadores e empresariado.

Quando se tratou do governo, a qualificação profissional, enquanto prerrogativa para a aquisição de uma ocupação no mercado de trabalho foi encarada com ressalvas, atribuindo-se importância, não só à instrução técnica, mas aos conteúdos que pudessem contribuir para a formação política e crítica dos sujeitos. Ao serem provocados no sentido de responderem sobre a questão da qualificação profissional diante do problema do emprego, as declarações dos gestores foram mais cautelosas, buscando generalizar o problema do emprego e associá-lo aos elementos conjunturais da economia. Um gestor do PlanTeQ procurou valorizar os aspectos relacionados à pedagogia e ao educando como sujeito social, conforme apareceu em seu depoimento:

Ela é imprescindível! Agora, ela tem que conter esses outros elementos... na qualificação social... Se ela não tiver os elementos da criticidade do sujeito histórico, que é o educando, como protagonista dessa sua história... pra ele entender o que é o mundo do trabalho, o que é o mercado de trabalho... pra ele entender que o mercado não é igual, porque tem razões distintas, né? Pra ele entender que existe, por exemplo, que ... toda a qualificação não é suficiente, tem que ter outros processos educacionais de educação continuada (...) (Gestor 1).

No quesito que tratou da inserção social e da formação cidadã, considerados como objetivos centrais do PNQ/PlanTeQ, constatou-se falta de compreensão e confusão sobre o conceito de cidadania, bem como sobre o

que seria uma inserção social cidadã. Esta dificuldade ficou clara com o posicionamento de outro gestor. Quando perguntado a respeito dos conceitos de formação social e cidadã, novamente pôde-se perceber a falta de domínio sobre estes temas, relacionando-os à “questão da psicologia” e da “autoestima”. Conforme sua declaração:

Nós tentamos ao máximo essa questão da psicologia, né? A gente tenta bastante trabalhar a autoestima desse pessoal. Nós temos recursos (...) Nós oferecemos, por exemplo, fazemos café da manhã periodicamente ... Não todos os dias, a gente não teria condição. Mas tem um período aí que a gente faz isso... A gente chama os trabalhadores... Assim... na medida do possível, a gente vai arcando um pouco com a responsabilidade desse trabalhador (Gestor 2).

Todos os entrevistados do segmento do governo mencionaram a dificuldade de inserção dos egressos no mercado de trabalho, tendo em vista a realidade socioeconômica pouco dinâmica do estado da Paraíba, em relação ao resto do país e às exigências, tanto do setor produtivo, em meio às inovações tecnológicas, como do setor de serviços, com os novos padrões de atendimento e postura profissional. A inserção dos trabalhadores no mercado formal não constitui tarefa simples para os programas da política de emprego, fazendo com que alguns gestores admitissem a inserção informal de parte da força de trabalho, especialmente, quando a principal forma desta inserção ocorre pela intervenção dos SINEs, tanto o estadual quanto os municipais. Além de intermediarem a mão-de-obra que se cadastra voluntariamente, os SINEs também recebem a oferta de trabalho qualificada, advinda do PlanTeQ e de outros programas da política de emprego, tendo que gerenciar e encaminhar uma massa muito heterogênea de trabalhadores que, nem sempre será absorvida pelo mercado de trabalho. Diante dessa problemática, foi assim que um gestor se posicionou:

A nossa obrigação aqui é ir no mercado de trabalho é... procurar todos os empresários de qualquer ramo, de indústria, de serviço, de comércio e pedir pra eles disponibilizarem essas vagas (...) para os desempregados. Por sua vez, a gente tenta colocar nessas vagas as pessoas inscritas no SINE, seguro-desemprego ou alguns que chegam aí ... A procura maior é de gente... com baixa qualificação. Desempregado, gente com baixa

qualificação. Ao mesmo tempo que a gente tá tentando junto ao PlanTeQ... efetivando cursos de qualificação em todo o estado (...) Porque você qualifica 100 pessoas numa profissão só e não tem vaga pra todos... você tem que sair, espalhar por aí, buscar vaga noutros cantos. Mas você tendo uma ... uma profissão... E os patrões querem gente, mas gente com formação (Gestor 3).

Nas entrevistas com os gestores públicos, foi admitida abertamente a fragilidade do PlanTeQ quanto ao acompanhamento dos egressos, apresentando como responsáveis para esta dificuldade, os seguintes pontos: a disfunção dos conselhos de trabalho e emprego na definição das demandas, a ausência de estudos de mercado, o não desenvolvimento de instrumentais pedagógico-metodológicos, bem como a própria conjuntura econômica do estado. Diante de tais complicadores, como alternativa para a inserção de parte da mão-de-obra, admitiram o incentivo à formação de associações ou cooperativas de trabalho, seguindo a dinâmica da economia solidária, conforme destacou um dos gestores do PlanTeQ:

Pela natureza do próprio sistema a empregabilidade ela não tá dada pra todos, não é? Então vão existir outras modalidades de empregabilidade... Tem a economia solidária, tem as cooperativas de produção, tem o autoemprego também que é normal... Eu acho que coabita com essas modalidades (Gestor 1).

Ao longo das entrevistas, alguns sujeitos aludiram ao papel da economia solidária, como alternativa produtiva viável, no que se refere a questão da inserção. Embora externado este reconhecimento, não formularam nenhuma ação prática para a sua efetivação.

A percepção dos representantes dos trabalhadores, sobre o tema da qualificação profissional, apontou para o reconhecimento do papel determinante da sua atuação para a definição de demandas mais condizentes com a realidade da economia paraibana, considerando os avanços tecnológicos e as exigências do mercado. Contudo, alguns representantes dos trabalhadores se colocaram de forma imprecisa no tratamento das questões relacionadas à formação cidadã, à inserção social e à participação dos sujeitos na construção da política pública, demonstrando pouco aprofundamento sobre o tema da qualificação profissional. A esse respeito, assim se colocou um dos conselheiros do segmento dos trabalhadores, no Conselho Estadual de Emprego (CETE):

A qualificação sempre foi um desafio muito grande pra classe trabalhadora. Primeiro porque a base da educação brasileira (...) não trabalha com... isso, salvo poucos investimentos que a gente teve, inclusive com ... os próprios recursos do trabalhador, através do Sistema S. Hoje inclusive está até mais clara a relação. Quando não se tem isso, você termina submetendo a um povo, a um trabalhador de pouca escolaridade que tem uma dedicação exclusiva, mas vamos dizer assim ... uma carga horária de trabalho muito grande e tem uma dificuldade muito grande de se adequar à realidade do trabalho e às novas tecnologias hoje apontadas (Representante dos trabalhadores).

Ao tentar articular a relação da qualificação profissional com o problema do emprego, o segmento dos trabalhadores também se posicionou de modo a considerar a necessidade da integração entre as políticas públicas para uma maior efetividade do programa de qualificação, como destacou o entrevistado:

Eu acredito que seja, vamos dizer... ela é uma base. Ela é uma base... um alicerce disso, mas não seja a solução. A qualificação não seja isso. Se a gente não tiver políticas públicas que seja de... distribuição de renda, de melhoria na economia, nós não vamos ter formação. Você pode ter a formação que tiver, o currículo que tiver, o que você não vai ter é espaço para a questão do emprego, né? (Representante dos trabalhadores).

As colocações dispersas a respeito da qualificação profissional e da atuação do PlanTeQ no estado, expressaram um problema encontrado, em vários momentos, nas entrevistas realizadas com o segmento dos trabalhadores, ao demonstrarem pouco domínio a respeito dos objetivos, metas e procedimentos referentes ao programa de qualificação. O pouco envolvimento destes sujeitos com o programa de qualificação também foi percebido quando se buscou o seu posicionamento a respeito da importância de uma formação cidadã para os trabalhadores, compreendida como um dos princípios fundamentais do PNQ/PlanTeQ. Também foram observadas diferentes impressões a respeito da noção de formação profissional e inserção social cidadã, indicando desarticulação e pouca intimidade entre os membros da bancada dos trabalhadores, no CETE-Paraíba, para discutir os temas de seu interesse.

Quanto à inserção social dos sujeitos formados pelos cursos de qualificação profissional, não foi mencionada nenhuma estratégia por parte das entidades dos trabalhadores para estimular a inclusão social e profissional. A compreensão da questão limitou-se ao serviço oferecido pelos SINEs, na

intermediação do trabalhador no mercado de trabalho e, mesmo assim, com críticas sobre a forma inadequada e insuficiente de atendimento e de acompanhamento promovido por estes órgãos. Não foram registradas sugestões qualitativas para uma reorientação sobre a forma como a inserção profissional vem sendo feita pelos SINEs e nem como os sindicatos têm se manifestado no enfrentamento desta problemática.

Mesmo com colocações imprecisas, relativas aos conceitos de qualificação profissional, inserção social e cidadania, os representantes dos trabalhadores no CETE sempre questionaram como vem se dando a atuação do PlanTeQ-Paraíba. Prevaleceu, entre estes conselheiros, a visão de que não há um projeto específico que atenda às necessidades da realidade local, causando prejuízos nas ações de formação profissional dos sujeitos e na capacidade de inserção social, conforme foi enfatizado por um deles:

Então fica só naquela história da contrapartida, mas não tem uma política de qualificação, com objetivo. Aqui, na Paraíba, nós temos uma grande dificuldade. Nós ainda não tivemos projetos específicos... é ... pensando a (...) a vocação das cadeias produtivas, certo? Então nós ficamos só no feijão com arroz. Tem alguns planos especiais, mas esses planos especiais ainda não foram ainda... é... consolidado no estado todo. Então você pega um curso, e você coloca numa cidade de... é... um curso de mecânica de moto. É uma necessidade, você bota lá pra 20, 30 pessoas... e é só um curso pra uma cidade. Numa cidade, vamos dizer assim ... uma cidade de... 10 mil habitantes. Você vai ter 30 pessoas trabalhando ali só com motos? Não vai ter, de maneira nenhuma. Ou ele vai deslocar-se ou aquela coisa, não vai fazer usufruto da educação que teve (Representante dos trabalhadores).

O posicionamento dos trabalhadores a respeito do programa de qualificação profissional, no estado da Paraíba, reafirmou a necessidade de repensar o sentido da participação da sociedade civil no processo de construção da política de qualificação profissional, assim como o nível de comprometimento da política pública com a realidade local, quanto ao enfrentamento do problema do emprego, muito embora não tenham sinalizado a forma como isso poderia ser feito.

A respeito do posicionamento das executoras do Sistema S, a qualificação profissional foi vista enfaticamente como elemento imprescindível

para enfrentar o problema do emprego, destacando-se a compreensão geral de que faltam trabalhadores qualificados no mercado. Os educandos foram compreendidos como meros receptores das orientações constantes da formação profissional, sendo transformados e moldados em conformidade com os padrões determinados pelo mercado.

De acordo com as declarações colhidas, o histórico do Sistema S junto ao setor privado, lhes credenciava conhecer melhor as necessidades do mercado, conforme a declaração de um dos responsáveis pela educação profissional numa das instituições do Sistema S:

[Temos] um histórico de parceria com a indústria... parceria, apesar de ser uma díade e administrado pela indústria. Mas, é (...) até isso mesmo trouxe uma parceria muito grande, que sempre se trabalhou a contextualidade e a temporalidade. É... nossos alunos sempre foram preparados para atender o perfil que a indústria necessita. Nós existimos pra isso. Então a gente vem acompanhando a evolução das relações de trabalho, principalmente, da indústria, já que nós somos mantidos e administrados por ela e estamos evoluindo nesse sentido. Claro, que incorporando algumas filosofias e algumas tendências pedagógicas mais modernas, mas sempre com olho na realidade, com olho no contexto industrial, né? (Executora S).

Para o Sistema S, a qualificação profissional foi compreendida como uma necessidade do sujeito, indispensável para capacitá-lo a desempenhar uma atividade produtiva. Contudo, prevaleceu a noção de que esta necessidade estava sempre em sintonia com o mercado, não sendo assimilada como um direito de cidadania. Na visão mercadológica do Sistema S, a cidadania é efetivada após o sujeito adquirir uma instrução profissional e conquistar uma ocupação no mercado. De acordo com esta compreensão, a cidadania não é um direito e uma condição do sujeito social, mas é algo adquirido pela sua posição no trabalho, contrariando a concepção de qualificação profissional e cidadania como direitos, enquanto princípios do PNQ/PlanTeQ.

Os entrevistados do Sistema S insistiram em destacar seu mérito na criação e manutenção de setores responsáveis pela inserção de mão-de-obra nas empresas, o Banco de Oportunidades no SENAC e o Setor de Orientação Profissional no SENAI. Os gerentes das unidades de educação profissional fizeram questão de enfatizar a credibilidade da instituição junto ao setor privado, associando aos cursos oferecidos a ideia de qualidade e eficiência.

A questão da qualificação profissional, da inserção social e da formação cidadã também foi abordada junto às ONGs executoras dos cursos do PlanTeQ. De um modo geral, estas instituições demonstraram também pouca aproximação com os princípios fundamentais do PlanTeQ. As declarações evidenciaram a falta de compreensão sobre a amplitude de uma política pública que visa a inserção social dos sujeitos, como forma de reconhecer a existência de um processo de desigualdades.

Para as ONGs executoras de cursos profissionalizantes, a inserção no mercado de trabalho está associada, em parte, às estratégias para estimular a formação de associações ou cooperativas de trabalhadores, caracterizando uma tendência ao empreendedorismo individual ou a formação de pequenos negócios. Tais medidas, ainda apareceram condicionadas à articulação com o poder público local, quanto ao desenvolvimento de infraestrutura, criação de serviços e subsídios para garantir a absorção da mão-de-obra formada, conforme destacado na seguinte declaração:

Não é fácil! A gente procura... tenta prefeituras (...) Fui na prefeitura, conversei com o prefeito pra que esse prefeito pegasse os doces, que elas iam fazer... os doces caseiros com as frutas da cidade... e comprasse para o lanche dos meninos em creche. Então eu tenho as estratégias .. quer dizer, já que a gente tem essa estratégia, vamos fazer. E a partir de então, essas mulheres que aprenderam a fazer doce e... também... extrato de tomate... passaram a vender para a prefeitura. A prefeitura ficou comprando para os meninos do (...) esses lanches; essas coisas pra lanche. Isso é uma estratégia que a gente tem que buscar. Eu já vi muita coisa dessa natureza por aí é... eu sempre vou na prefeitura, converso com o prefeito (Executora ONG).

Ao mesmo tempo, quando colocaram a criação de associações e cooperativas como alternativas para encaminhar os egressos, as ONGs deixaram escapar que este não se constituía num movimento sustentável, podendo estar sujeito à saturação e inchamento, uma vez que a inserção dos indivíduos dependia de fatores conjunturais, referentes à própria situação econômica da Paraíba. Também foi indicada a necessidade de se criarem demandas em correspondência com as necessidades de cada localidade, para que os cursos pudessem oferecer condições de inserção aos educandos. Isso poderia ser feito por meio de estudos de mercado, função atribuída aos conselhos de trabalho e emprego, identificando as potencialidades de cada município atendido para, assim, alcançar uma maior efetividade do programa de qualificação.

A realidade apresentada, a partir das experiências das executoras dos cursos profissionalizantes, demonstrou que a falta de educação escolar e doméstica, acumulada ao longo do tempo, se configurou em obstáculo para a contratação do trabalhador. Este problema não foi encarado como resultado das falhas no sistema de educação e das desigualdades sociais no país, mas como uma carência típica de um sujeito pobre e sem ambição. Neste contexto, observou-se que o conteúdo da formação cidadã foi resignificado e absorvido pelas executoras dos cursos de qualificação profissional, principalmente, no que se referia ao Sistema S, com o sentido de formar indivíduos para uma cidadania instrumental, prática, comportamental, para a civilidade, e não exatamente como formação de um sujeito reivindicativo, propositivo, participativo e transformador do seu meio, mas adaptado, “acomodado” na sociedade. A dimensão política da vida social tem sido relegada a uma convivência civilizada, substituindo o sujeito crítico pelo indivíduo “colaborador”, competente no domínio das mais novas tecnologias, mas incapaz de se reconhecer verdadeiramente como cidadão (PAIVA, 1995).

Ainda no Sistema S, também foram registrados relatos de que a baixa escolaridade dos alunos do PlanTeQ, no caso daqueles classificados em situação de vulnerabilidade social, prejudicou o processo de aprendizagem, já que, com esta deficiência, muitos não tinham condições de assimilar e acompanhar os conteúdos ministrados. Este entendimento também foi reproduzido por outras executoras, fazendo com que a noção de inserção social ficasse reduzida à aquisição de uma instrução técnica básica permitindo ao sujeito, com isso, ser absorvido em alguma ocupação no mercado de trabalho. Assim, a formação social e cidadã encontrou-se restringida às instruções de educação doméstica e de comportamento social, requisitos que visam “adequar” ou “domesticar” o trabalhador às exigências do mercado, criando um sujeito resignado às situações diversas de trabalho que lhes são impostas.

Pelo que a pesquisa sinalizou, a efetivação da formação profissional e cidadã, nos cursos profissionalizantes, encontrou obstáculos, não somente devido às falhas constatadas na forma de condução da execução do PlanTeQ na Paraíba e nos processos de ensino aprendizagem, mas, também identificou respostas na própria realidade social dos sujeitos que carregavam déficits sociais históricos. São dificuldades oriundas do próprio sistema de educação, da condição de pobreza e da visão conservadora de que o crescimento econômico seria capaz de incluir socialmente, o que é resultado das insistentes escolhas dos governantes por políticas econômicas que tem tido como principal consequência a manutenção do processo de desigualdade social.

De acordo com depoimentos de instrutores dos cursos, admitiu-se que, antes de qualquer conteúdo político relacionado à formação cidadã, os assuntos constantes da formação social dos cursos de qualificação, estavam limitados à educação doméstica desses educandos. Ainda segundo a experiência dos educadores, encontraram-se casos recorrentes de alunos com dificuldades de efetuar matrícula por não possuírem RG ou CPF, principalmente, nas cidades do interior. Apesar destes problemas, prevaleceu a noção de que os cursos de qualificação poderiam transformar o sujeito, permitindo que exercessem uma atividade profissional e fossem conduzidos à empregabilidade. A impressão dos instrutores sobre o educando ingresso foi a de um aluno sem identidade e sem a compreensão de si, a respeito do que planejava para seu futuro profissional.

De um modo geral, os educandos não identificaram os problemas didáticos, metodológicos e até a falta de conhecimento dos instrutores, o que foi atribuído à deficiência de criticidade destes sujeitos, prejudicados por um sistema educacional que não formou para a vida e nem para a contestação da realidade. Os cursos que foram acompanhados, por meio da pesquisa, apresentaram conteúdos técnicos e práticos elementares, com poucas condições de preparar realmente o sujeito para uma atividade profissional. Daí a necessidade do indivíduo estar sempre buscando uma nova formação para complementar a instrução recebida anteriormente, embora os alunos tenham avaliado os educadores e os cursos sempre positivamente. É exatamente este comportamento acomodado, por parte dos educandos, que cria as condições necessárias para que sejam manipulados de acordo com os interesses do sistema produtivo.

Os educandos que participaram da pesquisa demonstraram a compreensão sobre a necessidade de ter uma instrução profissional ou de atualizar suas habilidades, para aqueles que já estavam no mercado de trabalho. Foi este sentimento que pareceu servir de estímulo a que buscassem fazer novos cursos e não se contentarem com apenas um, no intuito de ampliar seus “conhecimentos” e as possibilidades de empregabilidade.

O discurso, presente no mercado, de que a qualificação profissional é importante, pareceu contaminar a mente e os ideais dos indivíduos, como algo capaz de conduzi-los a um lugar melhor, mas os incapacitou a assimilarem, qualitativamente, os efeitos da qualificação profissional e da formação cidadã em suas vidas. Interessava apenas ter a instrução para, com isso, conseguir uma ocupação que promovesse uma inserção imediata. Frente às exigências do mercado de trabalho e à urgência para ter emprego e renda e tornar-se um consumidor, não havia tempo para desenvolver estratégias voltadas para uma

formação profissional que proporcionasse a estes sujeitos um trabalho com maior remuneração e, menos ainda, para compreender o seu lugar social e o seu papel como cidadãos.

A noção de instrução profissional pareceu adaptar-se muito melhor a esse ambiente do trabalho temporário, flexível, volátil, de homens também temporários e flexíveis que não necessitavam, no seu conjunto, de uma formação mais elaborada para desenvolver uma profissão, até porque o mercado passou a privilegiar mais o sentido de habilidades ou capacidades, em detrimento da profissão, como formação social. A mensagem simbólica que povoa o mundo do trabalho na contemporaneidade é de que o sujeito tem que ser “proativo”, ou seja, tem que estar disposto a toda espécie de exigência no trabalho e considerar isso como sendo competência, eficiência e produtividade. É uma espécie de indivíduo que não cria, não pensa, apenas realiza uma instrução própria para o momento, já que o trabalho assume um carácter cada vez mais efêmero, interferindo na subjetividade do trabalho (PAIVA, 1995).

A partir destas considerações, verificou-se que a formação cidadã dos sujeitos, assim como a sua inserção social, enquanto propostas presentes no PNQ/PlanTeQ-PB, encontram-se comprometidas, tendo em vista os cursos não oferecerem condições para preparar os educandos para uma atuação política participativa. Assim, é difícil esperar um sujeito consciente do seu lugar social e exercendo plenamente a sua cidadania, pois, da forma como a qualificação profissional vem sendo conduzida, apresentando fissuras graves no processo de construção e execução da política pública, pode estar ocorrendo a continuidade de uma formação profissional instrumentalizada para acolher os interesses do capital, privilegiando instruções elementares para adequarem-se às engrenagens da reprodução capitalista, em detrimento da formação do saber e de uma inserção social duradoura.

Considerações finais

Mesmo com as ausências e a falta de conhecimento sobre os princípios e objetivos do PNQ/PlanTeQ, por parte de alguns entrevistados, de um modo geral, todos concordaram não ser fácil encaminhar uma política pública de qualificação profissional no estado da Paraíba, uma vez que a inserção social e profissional vem se mostrando bastante complexa e exigindo a integração de outros programas sociais para a sua efetividade. É preciso que os cursos sejam oferecidos com o sentido de formar pessoas aptas para o mercado de trabalho e em condições de exercer cidadania.

Como consequência do fraco envolvimento dos agentes na gestão e execução do programa de qualificação, a política de qualificação profissional tende a concentrar-se e identificar-se com uma abordagem mais quantitativa e mercadológica sobre o problema do emprego, em que mais importam os números da qualificação e da empregabilidade, sem maior preocupação com a inserção social cidadã.

O tratamento da relação entre qualificação profissional e inserção cidadã, presente no PNQ/PlanTeQ, apresentou-se complexo, expressando a difícil compatibilização entre mercado e cidadania. Além dos impasses encontrados na gestão e execução do programa, esta dificuldade está presente na própria forma de atuação dos sujeitos (gestores, empregadores, executores e trabalhadores), em determinados momentos ausentes e não alcançando a dimensão que o significado da inserção social representa em um ambiente de permanentes desinserções.

O processo da qualificação profissional, através das políticas públicas, faz-se perverso por alimentar a fé no sujeito participante, competente e independente. Isso não quer dizer que a concepção do programa de qualificação profissional deixe de contemplar princípios políticos que tenham a intenção de privilegiar uma maior participação da sociedade, formando sujeitos pensantes e de ação. A partir da pesquisa realizada, apreendeu-se que, na prática, a ideologia do capital e as relações de poder são articuladas de forma a contaminar parte do processo de construção social da política pública, transformando os sujeitos de ação em indivíduos, aparentemente, incapazes e desqualificados politicamente.

Apesar de constituir-se numa proposta de visível importância, a formação social e cidadã dos sujeitos, com a intenção de enriquecer a dimensão da participação política, tem sido dificultada por uma ordem de poderes estabelecidos para controlar o processo de recriação e reprodução de riqueza e, neste, o trabalhador e suas capacidades. Neste movimento, resta ao trabalhador lutar para manter-se vivo e útil à produção, renovando ou qualificando o valor de uso de sua mercadoria força de trabalho.

Se não houver uma interferência mais qualitativa por parte dos representantes dos trabalhadores, do modo como vem se processando, a qualificação profissional tende a evoluir apenas pelo lado da instrução profissional, tornando o sujeito mais passivo e acomodado às exigências do mercado. A formação política e cidadã só interessa aos trabalhadores, pois é contrária à postura do sujeito adestrado e não conduz a um comportamento prático e eficiente para atender às condições do mercado. Por isso, é fundamental

aperfeiçoar as formas de controle social da política pública e fortalecer a participação dos agentes envolvidos nas ações de qualificação profissional para que os educandos possam ter, de fato, uma formação de qualidade, que lhes possibilite inserção social permanente e condizente com as exigências do mercado de trabalho.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2005.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de geração de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, Unicamp-IE, 1998.

BRASIL. Plano Nacional de Qualificação - PNQ. 2003. <http://www.mte.gov.br/pnq>. Acesso em 26 de janeiro de 2010.

DEDECCA, Claudio. Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, Unicamp-IE, 1998.

DEMO, Pedro. “Focalização” de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a “agenda perdida”. São Paulo, *Revista de Serviço Social*, Ano XXIV, nº 76, nov./2003.

MORETTO, Amilton, GIMENEZ, Denis e PRONI, Marcelo. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

MORETTO, Amilton. Políticas de emprego no Brasil: algumas considerações sobre os anos 90. In: DIEESE. *Emprego e desenvolvimento tecnológico: artigos dos pesquisadores*. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999.

NASCIMENTO, Elimar do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.), *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos ‘existem’? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, nº. 33, ano 12, pp. 49-61, fevereiro de 1997.

ORTEGA, Antonio; OCANÁ, Carmen; FARELO, Rocio. *Paro, exclusión y políticas de empleo: aspectos sociológicos*. Valencia, Tirant lo Blanch, 2004.

PAIVA, Vanilda. *Inovação tecnológica e qualificação*. Campinas, Educação & Sociedade, Papirus, v. XVI, n. 50, p. 70-92, abril/1995.